



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

MICHAEL APPLE E O CAMPO DO CURRÍCULO

Benedito Gonçalves Eugênio
(UESB)

RESUMO

O artigo objetiva discutir acerca da contribuição de Michael Apple para os estudos no campo do currículo. Trata-se de estudo teórico que tece algumas considerações sobre a relevância dos construtos teóricos desse autor para os estudos curriculares. Destaca o potencial analítico de alguns desses conceitos para a compreensão do currículo desenvolvido cotidianamente nas instituições escolares, bem como das políticas curriculares. Para isso, o artigo divide-se em três partes. Na primeira, enfocamos os primeiros estudos realizados por Apple e a maneira como ele vai construindo sua concepção de currículo. Na segunda, apontamos a forma como ocorre a circulação do conhecimento na escola e, finalmente, destacamos os conflitos atuais apontados por Apple em torno do conhecimento oficial.

INTRODUÇÃO

O presente texto pretende apresentar algumas das contribuições de Michael Apple, professor da Universidade de Wisconsin-Madison-USA, para estudos no campo do currículo. O objetivo é Estabelecer um diálogo com os construtos teóricos defendidos e construídos por Apple sobre a educação e a sociedade, tomando como foco de análise o currículo e o conhecimento transmitido por este na escola.

Estamos vivendo em um período em que diferentes tipos de análises objetivam compreender e explicar as mudanças em curso, tanto na educação, quanto em áreas como a biotecnologia, a informática, as telecomunicações, as relações de trabalho. Estas análises traduzem-se em conceitos como multiculturalismo, pós-modernismo, pós-estruturalismo, teorias pós-críticas,



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

numa tentativa de superação ou negação das grandes explicações que julgam dar conta de entender o mundo social (metanarrativas). Vivemos a emergência de um tempo contraditório, marcado por ambigüidades, transformação.

Considero, todavia, de importância fundamental que não percamos de vista os conceitos sobre a sociedade e a educação desenvolvidos pelas teorias críticas, pois estes conceitos contribuem para que analisemos e percebamos melhor o cotidiano escolar e o currículo que acontece nesse cotidiano. Concordamos com Apple (1999) que o projeto e os instrumentos de estudos educacionais críticos ainda estão em formação. Este não é um projeto finalizado.

O nome de Apple figura hoje, em conjunto com outros pesquisadores e estudiosos do pensamento educacional e pedagógico, como Paulo Freire, Henry Giroux, Peter McLaren, dentro da chamada Pedagogia Crítica, que reúne um conjunto de orientações teóricas e práticas que passam a servir de referencial alternativo às concepções liberal e tecnicista no campo da educação, a partir da década de 1970. Tomando como ponto de partida os elementos centrais da crítica marxista da sociedade, Apple se propõe a analisar o currículo e o conhecimento instituído e legitimando como oficial nas escolas.

Para entender a contribuição desse autor para o desenvolvimento de uma teoria curricular, é necessário identificar as influências da teoria crítica e conhecer o contexto em que surgem suas idéias e como estes o influenciaram.

A teoria crítica, em seu sentido mais formal e usual, remonta a um período anterior ao surgimento das teorias curriculares críticas. Ela surgiu na Alemanha com nomes como Adorno, Horkheimer, Marcuse e Benjamim – conhecida como Escola de Frankfurt-, numa tradição de análise minuciosa das relações de cultura e política cultural de massas no capitalismo, para, posteriormente, se estender a análises que vão para além do capitalismo e suas formas, como a análise dos aspectos cognitivos e do conhecimento técnico como formas de dominação.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

A teoria educacional crítica é uma perspectiva de análise da educação para além das concepções filosóficas, idealistas e liberal e algumas de suas correntes se apóiam na Teoria Crítica da Escola de Frankfurt. Há um conjunto de teorias que compõem a teoria educacional crítica, com orientações marxistas e neomarxistas e também múltiplos tipos de abordagens feministas e estudos culturalistas críticos.

No campo do currículo, a abordagem crítica surgiu na Inglaterra e na França, a partir de campos da sociologia crítica, com nomes como Michael Young, Basil Bernstein, Pierre Bourdieu e representantes da filosofia marxista. Nos Estados Unidos, essa abordagem crítica surge como contraponto à perspectiva conservadora no campo curricular, iniciada com Bobbit e Charters, e, desde o início, esteve dividida entre marxistas e neomarxistas de um lado, e abordagens ligadas à hermenêutica e à fenomenologia, do outro. Nas abordagens voltadas para a hermenêutica e a fenomenologia, a ênfase é dada aos significados subjetivos que as pessoas elaboram sobre as suas experiências escolares e curriculares e, através da intersubjetividade, se dá a conexão destes significados subjetivos com o social.

Nessa perspectiva, o currículo se constitui como um lugar onde professores e alunos têm oportunizadas as condições para compreender de forma nova os significados da vida cotidiana que até então tomavam como naturalizados. Essa abordagem exerce uma influência no pensamento inicial de Apple, que, posteriormente, a abandona, como veremos adiante. O contexto por ele vivido também influencia seu pensamento educacional e é para este contexto que nos voltamos agora.

Os Estados Unidos, ao final da década de 60 e início da década de 70 do século passado, enfrentavam problemas sérios, como racismo, desemprego, violência urbana, delinqüência e precárias condições de moradia para a classe trabalhadora, o que levou à revolta da população que desejava ver a riqueza americana melhor distribuída e sonhava com uma sociedade mais democrática, justa e humana. Uma série de protestos foi realizada e as instituições e valores



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

tradicionais começaram a ser questionados. Parcela significativa da população jovem passou a rejeitar a autoridade da lei, da tradição, da cultura e da moralidade.

O protesto juvenil espalhou-se e a universidade tornou-se imediatamente alvo dos que buscavam afirmar sua oposição à instituição de uma sociedade repressora e desumana. Começam a ser questionadas as escolas primárias e secundárias, acusadas de não contribuir para ajudar na ascensão social dos alunos de origem social menos favorecida. A escola, além das críticas, foi chamada de violenta, arbitrária e castradora. Sua relevância também foi posta em dúvida e surgiu uma literatura alternativa, entre ela, a que propunha o fim da escola.

Contudo, nos anos 1970, uma onda conservadora procura alterar o panorama educacional descrito acima e a eficiência e a competência passam a ser a linguagem de destaque. Nesse momento, três tendências passaram a dominar o discurso pedagógico: idéias tradicionais, que defendiam uma escola eficaz; idéias humanistas, que pregavam a liberdade na escola e idéias utópicas que sugeriam o fim das escolas. Nenhuma dessas tendências, porém, questionava mais profundamente a sociedade capitalista nem o papel da escola na preservação dessa sociedade.

Autores inconformados com as injustiças e desigualdades sociais, interessados em denunciar o papel da escola e do currículo na reprodução da estrutura social e preocupados em construir uma escola e um currículo afinados com os interesses dos grupos oprimidos, vão buscar apoio em teorias sociais desenvolvidas na Europa, como por exemplo, o neomarxismo, a teoria crítica da Escola de Frankfurt, as teorias da reprodução, a Nova Sociologia da Educação (NSE), a fenomenologia, o interacionismo simbólico, para servir de referencial a seus estudos curriculares, pois a teoria pedagógica americana não oferecia alternativas promissoras. É em meio a esse contexto, que o nome de Michael Apple se destaca.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

Na primeira fase de seu trabalho, Apple discute fundamentalmente a relação entre poder e cultura e se propõe a explorar como a distribuição cultural e o poder econômico agem entrelaçados ao que é considerado como conhecimento escolar. Ele tenta mostrar como o que se ensina nas escolas precisa ser considerado como uma distribuição de bens e serviços na sociedade mais ampla.

Como se trata de entender de que maneira o currículo pode contribuir para criar e recriar a hegemonia dos grupos e classes dominantes, o estudo do conhecimento educacional é visto como um estudo em ideologia. De acordo com Moreira (1989), estas preocupações encontram-se na tese de doutorado de Apple e refletem a influência da fenomenologia, da sociologia do conhecimento, da sociologia da ciência e do marxismo. Moreira (1989) aponta como principal falha desse estudo a ausência de uma análise mais aprofundada de como fatores estruturais contribuem para diluir e mesmo impedir tentativas de transformações, pois Apple parte do princípio que a transformação de relevâncias faz com que diferentes cosmovisões emirjam. Nesse momento, Apple ainda não havia desenvolvido uma compreensão mais profunda entre a ação humana e a estrutura social.

Essa compreensão inicia-se no livro *Ideologia e Currículo* e ganha cada vez mais refinamento e profundidade teórica nas obras posteriores. Apple formula críticas ao currículo e seu papel ideológico e, retomando alguns conceitos desenvolvidos por Gramsci e Williams – hegemonia e tradição seletiva, respectivamente - elabora uma análise crítica sobre o campo do currículo, retomando, inclusive, as críticas feitas pelas teorias marxistas à sociedade capitalista. Conceitos como classe social e dominação são ressignificados e a análise da relação entre educação e economia, entre economia e cultura e, principalmente, entre a forma econômica e a forma de organização das escolas e do currículo são vistas como relações complexas, que vão além do modelo estrutura-superestrutura das teorias marxistas. Para Apple, os vínculos entre produção e



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

educação não podem ser vistos e nem analisados de forma mecanicista e determinista; esses vínculos são permeados e mediados por processos de ação humana, resistências e conflitos. Sendo assim, não se pode estabelecer uma relação direta e reprodutivista entre as formas políticas e econômicas da sociedade e o campo da educação, nem transpor as relações de produção capitalista de forma direta para as relações escolares.

...nós necessitamos deixar de pensar a respeito de escolas como lugares que buscam somente maximizar o rendimento dos estudantes. Ao invés dessa perspectiva mais psicológica e individualística, necessitamos interpretar as escolas mais socialmente, culturalmente e estruturalmente. (APPLE, 1986, p. 20).

As relações estruturais dominam três aspectos da escola: a escola como instituição, as formas de conhecimento e o (a) próprio (a) educador(a) e precisam ser situadas em seu contexto histórico. Deve-se evitar articulações com o contexto de forma determinista e mecanicista. Existe uma relação dialética entre cultura e economia. É no conceito de hegemonia de Gramsci que Apple se apóia para tentar compreender o campo do currículo mediado pela ação humana.

A hegemonia não se refere a um amontoado de significados que residem em nível abstrato em algum canto no 'topo de nossa mente'. Refere-se, antes, a um conjunto organizado de significados e práticas, ao sistema central, efetivo e dominante de significados, valores e ações que são vividos. Precisa ser compreendida a um nível diferente da 'mera opinião' ou 'manipulação'. (Apple, 1982, p. 35).

Esses significados, por meio da saturação, tornam-se dominantes e acabam por ocultar a necessidade de uma análise profunda e consistente da realidade escolar.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

Objetivando superar as análises deterministas da escola, Apple mostra a necessidade de problematizar as formas de currículo encontradas nesta, de maneira que se possa desmascarar seu conteúdo ideológico. Para isso, propõe que três questões sejam investigadas: **a quem pertence esse conhecimento? Quem o selecionou? Por que é organizado e transmitido dessa forma?**

Essas questões são importantes porque as atividades desenvolvidas nas escolas não são neutras, o conhecimento trabalhado nas escolas é uma escolha de um universo muito mais vasto de conhecimentos e princípios sociais possíveis e reflete também as relações sociais de poder na sociedade. As escolas estão envoltas em contradições e suas práticas, repletas de significações, relações e contestações, o que faz do campo educacional um território contestado, um espaço onde grupos dominantes não apenas difundem e transmitem seus pressupostos ideológicos, mas também procuram convencer seus dominados da validade desses pressupostos, legitimando-os.

Os professores são, em grande parte, figuras centrais nesse processo e, por isso, Apple sugere que superemos o olhar ingênuo e passemos a analisar as categorias utilizadas nas escolas (ciência, indivíduo, conhecimento, por exemplo), pois, estas freqüentemente encontram-se arraigadas nos valores dominantes e dessa forma seus significados, à medida que são produzidos, tornam-se hegemônicos.

A hegemonia, porém, não surge “do nada”; para se manter, ela precisa ser constantemente elaborada, o que ocorre em instâncias como a escola, a família, o trabalho, a esfera política. No cotidiano escolar, através das interações pedagógicas e curriculares que aí ocorrem, é que se dá esse convencimento. Uma análise do cotidiano escolar revela como esses mecanismos de convencimento ocorrem, principalmente por meio do código educacional que é oferecido ao aluno, o qual nem sempre é aceito de maneira passiva e é revelador também dos jogos de poder constitutivos do espaço escolar.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

Por meio do conceito de hegemonia e de conceitos retirados de teóricos como Bernstein, Bourdieu, Freire, Marcuse, Williams, Horkheimer, Wittegeinstein, Habermas, Dewey, Young, Apple põe o currículo no centro de suas pesquisas e trabalhos críticos sobre a educação, numa visão sempre estrutural e relacional, por meio da qual analisa a escola como parte de um quadro mais amplo de valores e instituições. O currículo não é um campo neutro de conhecimentos e precisa ser visto e estudado como um campo onde estruturas sociais e econômicas estão em luta constante para tornarem-se hegemônicas. Por isso, o conhecimento corporificado no currículo constitui-se como um conhecimento particular, nunca neutro, e que reflete os interesses específicos de grupos que o selecionam e o legitimam. Reside aí a centralidade do conhecimento nas obras de Apple, cujas análises tentam verificar de quem é o conhecimento considerado legítimo e trabalhado como oficial nas escolas e por que esse conhecimento é tido como importante e outros não.

Superando as teorias curriculares desenvolvidas por Bobbit e Tyler, cujas características eram essencialmente técnicas e buscavam um conjunto de princípios orientadores do planejamento e da avaliação, teorias que tinham por objetivo elaborar métodos eficientes para a organização curricular, cuja ênfase no método direcionava a visão dos educadores para a racionalidade e a eficiência e omitia as questões culturais, sociais, políticas e econômicas que são constitutivas das relações entre currículo, realidade escolar e sociedade, Apple defende que o currículo não é um corpo neutro de conhecimentos e que estes conhecimentos também não são de forma alguma neutros.

A propaganda neutralidade do conhecimento ensinado nas escolas e defendidos por Bobbit e Tyler é contestada por Apple, que através de pesquisas etnográficas relatadas em suas obras, mostra que o conhecimento contemplado e legitimado no currículo é resultado de um processo de seleção particular que reflete interesses de grupos específicos interessados nesse processo. O currículo se



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

constitui num território repleto de contradições e conflitos, ligado às estruturas econômicas e sociais, resultado de uma seleção realizada no interior da cultura, o que reflete a visão de um grupo que considera legítimo determinado tipo de conhecimento.

Existem dois tipos de conhecimento, segundo Apple. No modelo de **desempenho acadêmico** o conhecimento curricular não é problematizado; ele é introduzido nas escolas e é aceito como dado, neutro, de maneira que podem ser estabelecidas comparações entre grupos sociais, alunos, etc. O outro modelo é baseado na **socialização** e um de seus interesses fundamentais é explorar as normas e valores sociais transmitidos pelas escolas; porém, estabelece como dado o conjunto de valores sociais. O problema desses dois tipos de conhecimento é que ambos ignoram quase que inteiramente algumas das funções latentes de forma e conteúdo do currículo escolar.

Devido ao fato de todo conhecimento transmitido pela escola ser resultado de uma seleção da cultura, a educação está vinculada à questões de política cultural, o que significa que as escolas são instituições tanto culturais como políticas e econômicas. Assim, analisar a forma e o conteúdo do currículo é fundamental para se entender como opera a dominação cultural de um grupo sobre o outro e de que maneira os elementos culturais desse processo se legitimam e tomam caráter de verdade. Esse processo de legitimação cultural não se dá de forma direta, porque a “cultura dominante” é muitas vezes questionada, rejeitada e até transformada no espaço escolar, evidenciando que a reprodução econômica e cultural não ocorre sem movimentos de contestação e lutas.

A escola, segundo Apple, não funciona apenas como um sistema de reprodução, mas também como um sistema de produção e distribuição de conhecimentos e ideologias. As funções exercidas pela escola são complexas, contraditórias e



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

Nós não podemos entender completamente a forma com que nossas instituições educacionais estão situadas dentro de uma configuração mais ampla de poder político, econômico e cultural a menos que tentemos examinar as diferentes funções que elas exercem em nossa formação social desigual. (APPLE,1986).

Aqui, a palavra função adquire um significado completamente diferente daquele atribuído pelos funcionalistas. Diferentemente do funcionalismo sociológico, no qual a ordem é suposta e o desvio em relação àquela ordem é visto como problemático, as análises marxistas e neomarxistas sinalizam algo mais com o termo funcionam (Apple, 1989). A tentativa empreendida por Apple para entender o funcionamento da escola se baseia numa compreensão dos processos que ocorrem no interior da escola do ponto de vista da contestação e do conflito, ou seja, de um funcionamento antagônico e “não funcional”. O conflito é importante por duas razões: ajuda a postular o sentido do estudante dos meios legítimos de adquirir recursos em sociedades estratificadas e faz com que estudantes oriundos de classes operárias desenvolvam perspectivas positivas quanto ao conflito e à mudança para tornar menos propensa a preservação de modos de interação institucional comuns.

É perceptível a influência do trabalho de Paul Willis, *Aprendendo a ser trabalhador (1991)*, em algumas análises efetuadas por Apple. Ele não aceita a definição funcionalista de coerência do sistema e postula a importância do conflito, que em última análise acaba por se constituir em uma forma de resistência. A palavra reprodução também é utilizada com um sentido diferente do utilizado pelas teorias de reprodução, pois as “escolas não são ‘meramente’ instituições de reprodução, instituições em que o conhecimento explícito implícito molda os estudantes como seres passivos que estarão então aptos e ansiosos para adaptar-se a uma sociedade injusta” (Apple, 1989).



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

A interpretação da escola como mera reprodutora passiva do que ocorre nos outros espaços sociais é falha, segundo Apple, em dois aspectos centrais:

1) Vê os estudantes como internalizadores passivos de mensagens sociais pré-fabricadas. Qualquer coisa que a instituição transmite, seja no currículo formal ou no currículo oculto, é absorvida, não intervindo aí modificações introduzidas por culturas de classe ou pela rejeição feita pela classe dominada das mensagens sociais dominantes. Na verdade é assim que as coisas se passam. O que é mais provável que ocorra é a reinterpretção por parte do estudante, ou somente uma aceitação parcial e, muitas vezes, a rejeição pura e simples dos significados intencionais e não intencionais das escolas.

2) Ela subteoriza e, portanto, negligencia o fato de que as relações sociais capitalistas são inerentemente contraditórias sob algumas formas muito importantes.

Apple reconhece as contribuições das teorias reprodutivistas quando estas vêem a escola como uma instituição que preserva o já existente, legitimando a ideologia e o conhecimento de um grupo. Contudo, as questões escolares são muito mais abrangentes e densas do que estas teorias acreditavam ser e precisamos nos dar conta de que as escolas não são instituições determinadas; o sistema educacional pode constituir-se num importante terreno no qual ações significativas podem ser desenvolvidas.

A preocupação de Apple em compreender o papel do currículo na reprodução social e cultural não é em saber qual conhecimento é verdadeiro ou mais legítimo, mas sim em compreender porque um dado conhecimento se torna verdadeiro. Suas questões centrais nesse processo são: Por que o conhecimento escolar é instituído dessa ou daquela forma e de que é esse conhecimento? Quais interesses estão por detrás desta seleção? Que relações de poder estão envolvidas ou vinculadas nesta seleção? Por que o currículo se configura desta e não de outra forma? A reflexão acerca destas questões é de suma importância por possibilitar



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

uma compreensão mais aprofundada do papel da escola na produção, distribuição e legitimação desse conhecimento e sua responsabilidade (ou não) pela reprodução das desigualdades não só de classe, mas também de gênero e raça.

O elemento caracterizador do aspecto de contestação constitutivo do campo curricular é o poder. As relações de poder estão manifestadas explícitas ou implicitamente no espaço escolar e também fora dele. É exatamente a visão de que a educação e o currículo estão profundamente implicados em relações de poder que dá à teorização crítica seu caráter fundamentalmente político. O poder representa a força hegemônica de um grupo sobre o outro, mas não é apenas isso; ele tem também um caráter social e pessoal. O conceito de poder é amplo e vai além da supremacia de um grupo sobre o outro.

Poder não é apenas um conceito negativo. Pode, certamente, ser usado para dominar, impor idéias e práticas às pessoas de maneira não democrática. No entanto, ele significa, também, as formas concretas e materiais pelas quais todos nós tentamos construir instituições que respondam às nossas necessidades e esperanças mais democráticas. (Apple, 1999, p. 19).

As relações de poder existentes no currículo e postas em ação no cotidiano das escolas existem como um conjunto complexo de relações, no qual o poder está sempre presente em formas e conteúdos diversificados. Isto confere ao currículo seu caráter de campo contestado, o que implica o reconhecimento da existência de diversos poderes nas relações sociais estabelecidas entre os diferentes sujeitos constitutivos da escola e que nessas relações criam e recriam os significados que compõem e organizam os currículos. As questões curriculares, por pertencerem a uma complexa arena política que envolve relações de poder, hegemonia de grupos, relações de produção e distribuição do conhecimento, não podem ser resolvidas como problemas técnicos de racionalização e organização, como pretendiam os



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

primeiros teóricos do campo curricular. De acordo com Apple, o currículo precisa ser visto e estudado como um processo complexo e contínuo de planejamento ambiental, pois,

Assim o currículo não é pensado como uma 'coisa', como um programa ou curso de estudos. Ele é considerado como um ambiente simbólico, material e humano que é constantemente reconstruído. Este processo de planejamento envolve não apenas o técnico mas o estético, o ético e o político, se quisermos que ele responda plenamente tanto ao nível pessoal quanto social. (Apple, 1999, p. 210).

A implicação do conceito de currículo como um ambiente simbólico nos permite vê-lo como um espaço que envolve aspectos relativos a conhecimento e cultura e direciona nosso olhar para aspectos não tão explícitos nesses dois elementos, como por exemplo, que conhecimento é poder e a distribuição social do conhecimento também é poder. Nesse processo simbólico, a linguagem adquire um papel considerável, pois como processo discursivo propiciador da transmissão/construção do conhecimento e da cultura, ela age e ao mesmo tempo significa um esforço para tornar um determinado conhecimento ou o sentido dado a esse conhecimento como realidade, como senso comum, a partir do momento que se aceita tacitamente um corpus específico de conhecimento, mantendo esse senso comum legitimado como a cultura essencial e necessária para a manutenção da sociedade capitalista.

Os significados, os interesses e as linguagens que construímos estão ancorados nas desiguais relações de poder que existem (...) A esfera da produção simbólica é um terreno contestado tanto quanto o são outras esferas da vida social. (APPLE, 1999).



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

Mas que realidade é esta construída pelos processos discursivos e que cultura é instituída como capital a ser adquirido? Sabemos que a realidade não é definida *a priori*, ela é uma construção social. Assim, as escolas e seu currículo estão imersos em ambigüidades em relação à visibilidade e apreensão por parte dos alunos de uma realidade pré-fabricada e concebida pelos discursos curriculares postos em práticas nas salas de aula. Os significados atribuídos pelos alunos a esta realidade pré-concebida podem ser da escola como segurança, de mobilidade social e, conseqüentemente, econômica, acesso à “cultura” dominante ou do código que permite sobreviver nesta sociedade, dentre outros. Outros, contudo, podem olhar e sentir a escola como uma forma de controle social, distante de suas vidas e, assim, rejeitá-la, mesmo não estando consciente disso.

Isso nos remete a uma análise mais cuidadosa do campo curricular, na tentativa de compreender os aspectos sociais, políticos e culturais que o constituem, o que não é uma tarefa das mais simples, pois a aceitação ou rejeição que ocorrem na escola envolvem um processo social mais amplo. Concordamos com Apple que o currículo é um campo contestado e o conhecimento que aparece corporificado nos textos escolares, gestos e falas e no ambiente escolar é um conhecimento particular e específico.

O interesse central das teorias curriculares críticas foi entender “o que as escolas fazem”. De acordo com estas teorias, precisamos não apenas compreender, mas interpretar a educação em seus aspectos culturais, sociais, políticos e econômicos. O que se coloca como eixo de análise é: o que as escolas fazem, como e por que fazem. Apple identifica três amplas e densas atividades desempenhadas pela escola: a acumulação, produção e legitimação do conhecimento. O processo de acumulação é explicado utilizando-se os conceitos de capital cultural e social de Bourdieu. A escola exerce um papel fundamental ao contribuir para a acumulação do capital cultural responsável para recriar o modelo de estratificação social através da distribuição interna de estudantes por “talentos”, reproduzindo uma



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

força de trabalho hierarquicamente organizada. Segundo Apple (1986), as escolas auxiliam no processo de acumulação de capital através do fornecimento de algumas das condições necessárias para recriar uma economia de desigualdades.

O argumento de que aos diferentes grupos de estudantes são ensinadas normas, valores, conhecimento e disposições de acordo com a classe, raça e sexo são contestados por Apple porque isso faz parecer que tudo relacionado à educação pode ser reduzido às necessidades da divisão do trabalho, e isto é simplista e mecanicista. Sabemos que esta suposta determinação não ocorre de forma indiscutível, principalmente em momentos de crise econômica e de mudanças curriculares como as que temos presenciado no Brasil, ultimamente.

Mesmo valendo-se do conceito de capital cultural tomado de empréstimo de Bourdieu, Apple deixa bem claro que o trabalho desse autor é de certo modo uma teoria da alocação, pois o mesmo deixa de apreender o papel da escola na produção de um certo tipo de capital.

Determinadas atividades desenvolvidas pelas escolas também permitem a legitimação, através da qual a cultura e as ideologias de um grupo específico são difundidas, mantidas e continuamente construídas. Esse processo, além de dar credibilidade ao sistema socioeconômico vigente em nossa sociedade, tende a descrever a escola e seu funcionamento como meritocrático e caminhando rumo à justiça social, reforçando a crença de que as principais instituições de nossa sociedade respondem de maneira igual às diferentes classes, raças e a ambos os sexos. A legitimação direciona a comunidade escolar ao convencimento da validade e importância da escola que aí está em suas vidas, isto é, as escolas também legitimam a si mesmas.

Mas, ao mesmo tempo em que acumulam e legitimam a cultura e o conhecimento, tornando-os um capital a ser adquirido (ou não) pelos estudantes, as escolas, numa relação dialética, também constituem um conjunto importante de agências de produção e distribuição de conhecimentos, sejam estes configurados



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

em valores, regras e significados da vida social ou constituídos como o conhecimento técnico-administrativo para a expansão de mercados, estimulação de novas necessidades de consumo, possibilitando o funcionamento da sociedade capitalista. As escolas e universidades são auxiliares na produção do conhecimento técnico-administrativo responsável pela manutenção e desenvolvimento da economia e da sociedade, sendo que aquelas últimas, por serem centros de pesquisas, tornam disponível o conhecimento tecnicamente utilizável do qual as indústrias baseadas na ciência dependem. As escolas de educação básica contribuem para a produção e distribuição de conhecimento técnico na medida em que este é o conhecimento que obtém prestígio. A vinculação entre a produção de bens materiais e a produção de bens simbólicos, como o conhecimento e a cultura, fica evidente.

Como dito anteriormente, é necessário ver essa conexão de maneira não simplista. Essa colocação é importante porque o papel do conhecimento técnico não pode ser restringido ao aspecto econômico; ele abrange outros aspectos, como os objetivos comportamentais que estão postos nos currículos e que muitas vezes vêm disfarçados. Não podemos negar que as atividades organizadas no currículo, assim como o conhecimento transmitido pelo mesmo, recai, quase sempre, no “como fazer” em detrimento do “por que fazer”, o que revela que ainda falta um diálogo das teorias curriculares com os professores. As teorias curriculares ainda estão muito restritas aos pesquisadores e geralmente demoram muito para chegar à escola.

Os processos de acumulação, legitimação e produção não representam e nem refletem a totalidade do que ocorre no cotidiano da escola; refletem, ao contrário, as pressões estruturais que a sociedade capitalista exerce sobre as escolas e, em particular, sobre os currículos e a prática pedagógica dos professores os processos descritos acima não são fixos e nem tranquilos.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

Apple procura entender o que realmente se passa na escola, mais especificamente na sala de aula e para isso utiliza o conceito de currículo oculto, num sentido diferente daquele utilizado por Philip Jackson em *Life in classrooms*. O currículo oculto é constituído por aqueles aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo explícito, contribuem de forma implícita para aprendizagens sociais relevantes. A simples vivência no dia-a-dia escolar contribui para a aquisição dessas aprendizagens. O conceito de currículo oculto nos ajuda a compreender que existe uma grande diferença entre o que é explicitamente designado como conhecimento a ser adquirido pelos alunos e o que é efetivamente adquirido por esses alunos durante a sua escolarização. O currículo oculto - que nem sempre é tão oculto assim - muitas vezes não é de fácil percepção, exigindo uma investigação cuidadosa para conseguir colocá-lo à mostra.

A partir do final dos anos 1980, Apple preocupou-se em analisar as relações de gênero e raça no processo de reprodução cultural e social. Os distintos espaços da vida social são formados por dinâmicas de classe social, gênero e raça. Classe social é um tema corrente nos escritos e análises que este autor realiza dos currículos escolares e não pode ser ignorado; entretanto, as relações de gênero e as que envolvem raça são de igual relevância na compreensão dos efeitos sociais da educação e de como e porque o currículo e o ensino são organizados e controlados (APPLE, 1994).

Cada uma dessas esferas que compõe a vida social possui uma dinâmica própria, específica, e acabam por construir uma outra dinâmica que se origina da inter-relação entre elas. Por isso não podemos compreendê-las isoladamente. Em toda sociedade há uma história de lutas em torno do conhecimento oficial e estas lutas estão invariavelmente atreladas a opressões e conflitos de classe, gênero e raça. As dinâmicas acima citadas estão presentes no cotidiano das escolas e são parte integrante de todo o espaço social. Apple sugere que devemos fazer uma análise relacional destas dinâmicas e isto é, sem dúvida, um enorme desafio, mas



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

se não tentarmos tal análise, “o significado do sistema educacional - o que ele faz cultural, política e economicamente- perde-se”. (Apple, 1995).

Para Apple, o espaço do currículo precisa ser definido como um campo complexo e dinâmico, mediado por relações de poder, de classe, raça, gênero, mas não só isso. Neste espaço também emergem desejos, expectativas e necessidades dos sujeitos que nele interagem. As contradições permeiam o mundo escolar, mas é possível perceber o currículo não somente como instrumento de dominação, uma vez que

O simples fato de que o Estado deseja encontrar formas mais eficientes de organizar o ensino não garante que isso será realmente aplicado sobre um professorado que tem uma longa história de práticas de trabalho e de auto-organização assim que as portas de suas salas de aula se fecham.(APPLE, 1995, p. 37-8).

Os trabalhos de Apple, a partir da década de 1990, além das dinâmicas de classe, incorporam questões de gênero, raça e religião. O foco de análise desloca-se das relações de classes sociais e caminha rumo a outras dinâmicas que ocorrem no cotidiano escolar, na economia e na cultura. Classe social, sempre recorrente nos trabalhos de Apple, não é negada; porém o autor vai perceber que apenas ela não é suficiente para explicar e possibilitar uma melhor compreensão das questões educacionais.

Em trabalhos mais recentes, Apple dá especial atenção e detalha um movimento político anunciado já em Educação e Poder e Professores e Textos, um movimento por ele denominado de “**restauração conservadora**” ou “**modernização conservadora**”, isto é, um movimento crescente para se definir o que é a educação e como devemos interpretar a educação tanto como uma prática quanto como um conjunto de políticas. Os principais conflitos que envolvem o



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

ideário conservador na educação referem-se às questões do conhecimento oficial e do currículo nacional.

Segundo Apple, sempre existe uma política do conhecimento oficial, uma política que exprime o conflito em torno daquilo que para alguns são apenas descrições neutras do mundo e para outros são concepções da elite que privilegia determinados grupos e marginaliza outros. A única razão existente para Apple quando se fala em currículo nacional é que se estimula um debate nacional. Do mais, um currículo nacional servirá apenas para legitimar e institucionalizar o sistema de testes. Uma vez instituído o teste nacional, baseado no conhecimento oficial, os conhecimentos dos grupos da elite econômica e cultural dominará.

A “restauração conservadora” defende um currículo nacional. Esta é constituída por segmentos da sociedade que formam um “bloco hegemônico” e tem sido o resultado do conflito vitorioso levado a cabo pela direita para construir uma abrangente aliança consensual. Esta aliança é formada por quatro grandes grupos e cada um deles possui a sua própria história de autonomia. Vejamos, com mais detalhes, cada um destes grupos.

Os **neoliberais** formam o grupo mais poderoso no seio da aliança conservadora, guiam-se pela conceptualização de um Estado fraco, isto é, o que é privado é necessariamente bom e o que é público, mau. Instituições como as escolas são vistas como “buracos negros”, pois segundo estes, o dinheiro investido não providencia os resultados desejados. Dessa forma, as escolas e outros serviços públicos desperdiçam recursos econômicos que podem ser canalizados para o domínio privado. O mais importante é a racionalidade econômica. Os alunos são vistos como capital humano. Devido à enorme competição em que o mundo se encontra, os alunos - vistos sempre como futuros trabalhadores - devem adquirir destrezas, requisitos e disposições para competirem com eficiência e eficácia.

O mundo é um imenso supermercado e a educação é simplesmente mais um produto, como um carro, uma televisão. O cidadão ideal é o comprador. No entanto,



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

essa relação do consumidor com o supermercado – na verdade uma metáfora – como na vida real, não funciona linearmente. Existem indivíduos que participam apenas como aquilo que Apple denomina de consumismo pós-moderno: ficam fora do supermercado e apenas consomem a imagem dos objetos que vêem.

A maior parte das iniciativas políticas dos neoliberais centra-se na criação de relações cada vez mais próximas entre a educação e a economia e na inserção das escolas no mercado. As escolas são subordinadas à disciplina do mercado competitivo. A democracia é redefinida como garantia da escolha num livre mercado. Em essência, o Estado ausenta-se, retira-se.

Os neoconservadores, diferentemente dos neoliberais, preconizam um estado forte e isto é bem notório nas questões que envolvem o conhecimento, o corpo e os valores. É uma corrente que faz uma apreciação romântica do passado, um passado onde o “conhecimento real” e a moral se impunham, onde as pessoas “conheciam o seu lugar”. As propostas políticas desse grupo têm sido o currículo nacional, os testes nacionais, o patriotismo e a revivificação da “tradição ocidental”.

O apoio a um currículo nacional único acaba por provocar um receio pelo “outro”, o que se reflete no ataque desse grupo ao bilingüismo e ao multiculturalismo. Habitualmente os neo-conservadores concordam com a ênfase que os neoliberais colocam na economia, no entanto, a sua grande preocupação é a “restauração” cultural. Desejam o regresso ao domínio do professor, o conhecimento de status elevado; na visão desse grupo, sem um controle externo, a “verdadeira” cultura será destruída. Assim, esse grupo compromete-se em estabelecer mecanismos restritos de controle sobre o conhecimento moral e valores por meio dos mecanismos citados anteriormente. Acreditam que só estabelecendo um forte controle a nível central é que os conteúdos e os valores do “conhecimento oficial” ocuparão o seu devido lugar no currículo.

Os populistas autoritários são frequentemente os fundamentalistas cristãos que pretendem o regresso àquilo que acreditam ser a tradição Bíblica como base



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

do conhecimento, textos sagrados e autoridade sagrada. Desconfiam muito das questões multiculturais do currículo e pretendem também o regresso à pedagogia apoiada nas relações tradicionais de autoridade na qual o professor e os adultos estão sempre no controle. Encontram-se preocupados com a relação entre as escolas, o corpo e a sexualidade e entre a escolarização e aquilo que entendem ser a família tradicional. Na mente destes grupos, o ensino público é, em si, um espaço de imenso perigo. Apenas recentralizando aspectos como a autoridade, a moralidade, a família, a Igreja e a decência é que as escolas, para eles, poderão ultrapassar a decadência moral que é tão evidente entre nós.

A nova classe média profissional não concorda com todas as posições requeridas pelos grupos citados anteriormente. Não se vêem como tendo uma agenda ideológica. Trata-se de um grupo que providencia algum apoio às políticas da modernização conservadora. É uma fração da nova classe média profissional que consegue a sua própria mobilidade dentro do estado e do movimento econômico, devido às destrezas técnicas. São pessoas com uma grande experiência na gestão e técnicas de eficiência e utilizam esse capital cultural para providenciar o apoio técnico e profissional à responsabilização e ao controle de produtos e avaliações que são requeridas pelos neoliberais e neo-conservadores de um controle central mais rigoroso na educação.

Cada um destes grupos tem a sua agenda própria, com propostas educacionais e políticas específicas pautadas no provimento de condições para que a escola possa contribuir para a competitividade na economia e também para o resgate de um passado romantizado como "ideal". Os objetivos direcionados ao mercado são também direcionados para a educação, transferindo para esta última a responsabilidade pelo subemprego e pelo desemprego e pela ruptura dos valores tradicionais da família. Apesar das divergências entre estes grupos, a sua influência na educação tem sido bastante significativa. Através do que Apple denomina de convencimento, as idéias defendidas por estes grupos procuram, através de uma

representação da realidade, fazer mais sentido para as pessoas do que outras alternativas.

Segundo Apple, a melhor forma de analisar este quadro é o Ato de Reposicionamento, isto é, a melhor maneira de perceber o que fazem as instituições, as políticas e as práticas é analisá-las do ponto de vista das pessoas que têm menos poder. As instituições, as políticas e as práticas predominantes na educação estabelecem relações de poder nas quais algumas vozes são ouvidas e outras não. Quase que absolutamente as vozes ouvidas são as dos grupos dominantes e isto se refletirá no currículo e na prática dos professores, reforçando o fato de que, quem detém poder, será beneficiado.

O currículo precisa ser visto mais do que nunca como um território contestado e as decisões sobre o que deve ser ensinado nas escolas e a forma de ensinar continuam criando um ambiente de conflito que merece uma atenção especial.

REFERÊNCIAS

- APPLE, Michael. **Ideologia e currículo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- Currículo e poder. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, nº. 14. p. 46-57, 1989.
- Educação e poder**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- A política do conhecimento oficial: faz sentido a idéia de um currículo nacional? In: MOREIRA, Antonio Flávio e SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez Editora, 1999.
- Professores e textos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- Conhecimento oficial**: a educação democrática numa era conservadora. Petrópolis: Vozes, 1999.
- Educar à maneira da “direita”: as escolas e a aliança conservadora. In: PACHECO, José Augusto, PARASKEVA, João Menelau e SILVA, Ana Maria. **Reflexão e inovação curricular**. Centro de Estudos em Educação e Psicologia. Universidade do Minho. Braga, 1998.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

Interromper a direita: realizar trabalho educativo crítico numa época conservadora. Disponível em: www.curriculosemfronteiras.org

Reestruturação educativa e curricular e as agendas neoliberal e neoconservadora: entrevista com Michael Apple. Disponível em: www.curriculosemfronteiras.org

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. A contribuição de Michael Apple para o desenvolvimento de uma teoria curricular crítica no Brasil. **Revista Fórum Educacional**, Rio de Janeiro nº. 13(4), p. 17-30, 1989.